

MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS

Apresento, a seguir, relatório de minha gestão como Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, de setembro de 2016 até abril de 2018. Descrevo inicialmente o contexto político e econômico atual da União Europeia e o quadro de suas relações com a América Latina, nos quais se inscrevem as relações com o Brasil e as ações desenvolvidas pela Missão. Por fim, apresento indicação dos principais desafios inerentes às atividades do Posto.

Contexto de atuação

Ao assumir como Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia (UE), em setembro de 2016, o bloco regional se consolidara como importante ator internacional com quase 512 milhões de habitantes, PIB de US\$ 18,5 trilhões e renda *per capita* de US\$ 36 mil¹, maior exportador agrícola do mundo e primeiro investidor no Brasil. O bloco se debatia sobre a manutenção do projeto de integração. A decisão do Reino Unido de dele se dissociar (“Brexit”) e de forças políticas nos contextos nacionais colocavam em xeque sua relevância. Não obstante desenvolvimentos políticos internos e externos, a União Europeia continua a ser participante ativo nos principais regimes internacionais, especialmente aqueles relativos ao comércio, à agricultura, à economia e finanças e ao desenvolvimento sustentável. Além disso, alguns Estados-Membros têm atuação destacada em regimes internacionais de segurança e defesa, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (onde França e Reino Unido têm assento permanente) e a OTAN. O Conselho Europeu, instância decisória máxima, composta por Chefes de Estado e de Governo do bloco, tem, por sua vez, papel decisivo na adoção das diretrizes seguidas pela Comissão Europeia (braço executivo e supranacional da UE) nos múltiplos temas para os quais os Estados-Membros atribuíram mandato ao executivo comunitário para exprimir-se em nome de todos.

A eleição do Presidente Donald Trump, em novembro de 2016, provocou mudanças significativas no cenário internacional. Acirraram-se as tensões bilaterais dos EUA com a Rússia – inicialmente acusada de ter favorecido a eleição de Trump e finalmente vista como antagonista dos EUA, especialmente na Síria – e a China – considerada competidor desleal, em particular no comércio internacional. Sob a administração Trump, os EUA passaram a reavaliar seu engajamento na maioria dos regimes internacionais à luz dos seus interesses, conveniências e formas de participação nesses processos. Essa reavaliação, que colocava em questão a própria arquitetura da ordem internacional erigida sob inspiração norte-americana após 1945 e no pós-Guerra Fria, colocou pressão nos aliados europeus ao demandar maior investimento em defesa e contribuição financeira para a segurança internacional. Tal atitude forçou a União Europeia a acelerar sua integração em matéria de segurança e defesa. A nova dinâmica internacional determinada por iniciativas unilaterais dos Estados Unidos – ademais de comentários públicos do Presidente Trump e assessores – impactou sobremaneira a UE, que sempre defendeu regras para a cooperação internacional, sobretudo para enfrentar desafios globais.

A complexidade das instituições comunitárias e de seu processo decisório tende a fragilizar a capacidade da UE de responder com eficácia em um cenário internacional marcado pelo exercício desinibido do poder. Nesse quadro, tendem a prevalecer interesses dos principais Estados-Membros, e transparece a fragilidade do bloco para lidar com questões relacionadas a seu entorno imediato (Rússia, Ucrânia, Oriente Médio, Turquia, norte da África), às quais se

¹ Fonte: Eurostat (2017)

associam temas como migrações e terrorismo. Nos sistemas multilaterais, a UE não logra, por falta de coesão entre os Estados-Membros, assumir a liderança e hesita, às vezes, em reafirmar a centralidade do multilateralismo.

Os líderes dos Estados-Membros buscaram aperfeiçoar a concertação interna, sobretudo em segurança e defesa. A Comissão Europeia, por sua vez, apesar de ter repudiado amplamente as ações comerciais unilaterais norte-americanas, enfrenta dificuldades com o virtual bloqueio, por Washington, de foros multilaterais, como a OMC. Em suas relações externas, as divergências com os EUA não impediram a UE de aumentar o tom de suas preocupações com a política externa russa, com a defesa do acordo nuclear com o Irã, e com os impactos do capitalismo dirigido da China. A decisão de Trump de retirar os EUA da Parceria Transpacífica (TPP) e o congelamento das negociações entre a UE e os EUA sobre um acordo comercial induziram a Comissão a buscar outras parcerias. Isso ensejou a retomada vigorosa das negociações MERCOSUL-UE, a partir de 2017, bem como impulsionou as negociações com o Japão (concluídas em dezembro de 2017). Iniciou também tratativas para aprofundar acordos comerciais já existentes (casos de México e Chile, entre outros).

A crise de 2008, cujos efeitos na UE foram agudizados pelas dificuldades enfrentadas por Estados-Membros com a crise do endividamento em 2010 e 2011, forçou a União Europeia a repensar seu futuro – o que foi exacerbado com o “Brexit” e pelos ganhos eleitorais dos partidos populistas de extrema direita nos Estados-Membros. Em contraste com a expansão e o aprofundamento do bloco nos anos 2000, aquelas crises deram força aos argumentos “eurocéticos” e às dúvidas sobre a viabilidade do projeto comunitário. Enquanto os países da Europa Ocidental, membros tradicionais do bloco, tendem a preferir avanços em temas como políticas sociais, orçamento comum e defesa, os países do leste, que ingressaram nos últimos 15 anos, preferem garantir os benefícios derivados da entrada no bloco e evitar desviar recursos para novos projetos. Ao mesmo tempo, mantêm-se práticas protecionistas custosas, como a política agrícola comum (PAC).

Desde o início de 2017, os resultados das eleições em países como França, Países Baixos e Alemanha trouxeram alívio momentâneo à percepção de crise do projeto comunitário. Na Itália, porém, os eurocéticos ganharam peso, refletindo que importante parcela das populações são fortemente críticas à UE. Permanecem também divergências relevantes no bloco, como as relativas à vigência do Estado de direito na Polônia e na Hungria.

Com a invocação do artigo 50 do Tratado de Lisboa, de 2007, pelo Reino Unido, em 29/03/2017, iniciou-se, pela primeira vez, o processo de retirada de um país do bloco. Entre março e dezembro de 2017, as partes (o Reino Unido e os países-membros restantes – UE-27) se dedicaram às negociações sobre: direitos dos cidadãos da UE27 e do Reino Unido após o Brexit; questão da fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte; e obrigações financeiras do Reino Unido para com a UE. Em 8/12/2017, chegou-se a acordo sobre quase todos os temas, à exceção da questão da fronteira entre as Irlandas. Em 23 de março último, a UE aceitou o pedido britânico de período de transição entre 29/3/2019 e 31/12/2020, durante o qual o Reino Unido deverá respeitar integralmente as normas comunitárias, sem poder, contudo, participar das decisões do bloco.

Pendência fundamental para o seguimento das tratativas, a relação econômica entre o Reino Unido e a União Europeia no pós-“Brexit” determinará a intensidade dos impactos do processo. Do lado comunitário, o cenário ideal envolveria a manutenção do Reino Unido no mercado comum e na união aduaneira, de modo a minimizar o impacto da retirada britânica na engrenagem econômica do bloco (o chamado “soft Brexit”). Do lado britânico, o governo conservador da Primeira-Ministra Theresa May parece almejar, nas negociações, uma versão menos suave, permitindo que o Reino Unido tenha maiores liberdades junto a terceiros, mantendo, contudo, a proximidade com o mercado comunitário. Analistas avaliam que, de

modo geral, qualquer das opções será prejudicial tanto para o Reino Unido quanto para a União Europeia. Não obstante as questões em aberto, é certo que, com a retirada do Reino Unido da União Europeia, o bloco perderá 13% de sua população e aproximadamente 16% de seu PIB, o qual será superado pelos Estados Unidos como principal economia mundial. A retirada do Reino Unido deverá, ainda, criar novos entraves legais e burocráticos para a circulação de bens e serviços, o que resultará em danos generalizados para o comércio mundial.

Relações entre a UE e a América Latina

A inserção latino-americana do Brasil determina a necessidade de acompanhar de perto a política da União Europeia para o subcontinente e suas relações com nossos vizinhos.

Atualmente, os principais marcos político-conceituais das relações da UE com a América Latina são: (i) a "Estratégia global para uma política externa e de segurança da UE", adotada em junho de 2016, e (ii) resolução do Parlamento Europeu (PE) sobre as relações políticas UE-América Latina, aprovada em setembro último. Ambos os documentos definem que o bloco adensará suas relações com a região. O aprofundamento da cooperação e do diálogo político tem por base comum de "valores e interesses" entre UE e América Latina. Diante dessa ideia, a Missão procurou ponderar aos interlocutores europeus que valores compartilhados entre as regiões não necessariamente implicam comum de interesses, o que não impede que se identifiquem, caso a caso e sem automatismos, áreas de comum interesse para cooperação. O marco político-conceitual da UE para suas relações com a América Latina será atualizado em setembro próximo, quando o bloco comunitário deverá adotar "comunicação" com novas diretrizes para o relacionamento com a região. No contexto da maior atenção à região e da preparação das novas diretrizes, alta funcionários da UE participou como observadora na VIII Cúpula das Américas (Lima, 13-14/4/2018).

Em paralelo às atividades bilaterais e no âmbito MERCOSUL-UE, o Brasil participa ativamente das reuniões CELAC-UE, que ocorrem em nível de Chefes de Estado e de Governo, de Chanceleres e em nível técnico. A coordenação das posições dos países latino-americanos e caribenhos é conduzida por suas representações em Bruxelas.

O Posto atuou na preparação e nas negociações da Declaração Conjunta adotada ao final da I Reunião de Ministros das Relações Exteriores CELAC-UE (São Domingos, 25-26/10/2016). Ao longo de 2017, os esforços voltaram-se para a preparação da III Cúpula CELAC-UE, prevista para 27 de outubro de 2017 e adiada a pedido do Grupo de Lima, após a acentuação da crise venezuelana. A II Reunião Birregional de Ministros das Relações Exteriores está marcada para 16 e 17/7/2018, em Bruxelas. Negocia-se, atualmente, Declaração Conjunta a ser adotada na ocasião.

Em paralelo aos eventos de alto nível, o Posto participou das reuniões CELAC-UE sobre o "problema mundial das drogas" em Buenos Aires (maio de 2017) e negocia, atualmente, os documentos a serem adotados na próxima reunião, em Sófia, entre 18 e 22 de junho próximo.

As relações do bloco com Venezuela e com Cuba são particularmente sensíveis. O crescente agravamento do quadro político, econômico, social e humanitário na Venezuela levou as instituições comunitárias a emitir diversas declarações sobre o assunto. Em 13/11/2017, o Conselho de Relações Exteriores da UE adotou sanções (embargo de armas e materiais afins, bem como proibições de viagem e congelamento de bens). Em 22 de janeiro último, adotaram-se novas sanções, contra sete autoridades venezuelanas. Em 8 de fevereiro, o Parlamento Europeu aprovou resolução sobre a situação no país, sugerindo ampliação das sanções e abertura de inquérito no Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o governo venezuelano. Após o anúncio do governo de Nicolás Maduro de convocar eleições presidenciais e regionais para maio, intensificaram-se as críticas da UE à situação do país. O bloco comunitário lamentou

a convocação das eleições sem amplo acordo sobre o calendário eleitoral e considerou não haver condições adequadas para um processo eleitoral confiável e com participação de todos os partidos políticos. Ao longo do mês de abril, a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini, manteve reuniões com o Chanceler da Venezuela e com representantes da oposição.

As relações entre a UE e Cuba têm experimentado significativa melhora desde a assinatura, em dezembro de 2016, do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a União Europeia e Cuba (em vigor desde 1º/11/2017). O instrumento substituiu a Posição Comum da UE sobre o país, adotada em 1996, que pautava as relações bilaterais desde então, estipulando restrições à aproximação do bloco com Havana. O novo acordo prevê o fortalecimento do diálogo político, da cooperação bilateral e dos diálogos de políticas setoriais, além de cooperação comercial. Em visita a Havana, em 3 e 4 de janeiro último, a Alta Representante Federica Mogherini destacou o fato de a UE ser o principal sócio comercial e principal investidor na ilha.

Relação com o Brasil

Parceria Estratégica

Em 2017, cumpriram-se dez anos da “Declaração de Lisboa”, que estabeleceu entre as partes uma “Parceria Estratégica”, que se concretiza em diversos níveis: a) no político, há cúpulas periódicas (que deveriam ser anuais, mas não se realizam desde 2014), Diálogo Político de Alto Nível (entre o Ministro das Relações Exteriores e a Alta Representante), Encontros de Altos Funcionários (no nível de vice-Ministro) e a Comissão Mista (estabelecida em 1982 e cuja XVII edição ocorreu em 2017).

Essas reuniões políticas são complementadas por diálogos setoriais, que tratam de temas específicos e projetos comuns (ver seção a seguir). Desde 2008, a UE financia Iniciativa de Apoio aos Diálogos, para realização de projetos concretos de cooperação. Ademais, reuniões entre outros Ministérios com seus contrapartes europeus e foros de negócios complementam o mecanismo. Foi iniciada, em minha gestão, discussão para aprimorar o marco legal da parceria estratégica bilateral, que deverá ser afetada também pela eventual conclusão do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e o bloco europeu.

Intensifiquei também o diálogo com o Parlamento Europeu, seja individualmente com os deputados, seja participando, sempre que convidado, das reuniões da Delegação para o Brasil e da Delegação para o MERCOSUL. Em novembro de 2017, delegação integrada por parlamentares de diferentes partidos visitou o Brasil e participou de reunião com parlamentares brasileiros no Congresso Nacional. Deputados e Senadores brasileiros também visitaram o Parlamento Europeu em distintas ocasiões, com reuniões em Bruxelas e Estrasburgo.

O Brasil é o segundo maior parceiro extra-europeu (atrás apenas dos EUA), com o qual a UE tem importante capacidade de interlocução, lastreada em uma convergência de valores, crenças, cultura, sistema político e interesses econômicos. Apesar disso, a Parceria Estratégica tem estado aquém do possível. Sobretudo no que concerne aos eventos de mais alto nível, a parte europeia tem hesitado em manter a periodicidade originalmente acordada, postergando sucessivamente, por exemplo, a cúpula. Em 2017, ademais, a Alta Representante decidiu cancelar sua visita ao Brasil no final de maio, visitando, porém, a Argentina e o Chile. A inconstância dos mecanismos políticos de alto nível acaba por dificultar a administração quotidiana da Parceria, cujas diretrizes de caráter estratégico devem ser reforçadas.

O Ministro Aloysio Nunes Ferreira fez duas visitas às instituições da UE, em Bruxelas, no período de minha gestão à frente da Missão. Na primeira, em agosto de 2017, o Ministro

encontrou-se com o Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Antonio Tajani (PPE – Itália); com a Alta Representante Federica Mogherini; com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen; e com a Comissária de Comércio Cecilia Malmström. A segunda visita, realizada em janeiro de 2018, inscreveu-se no marco das negociações birregionais MERCOSUL-UE, quando o Ministro, junto com os colegas dos Estados Partes do MERCOSUL, reuniu-se com a Comissária Malmström e o Comissário de Agricultura, Phil Hogan.

Chefiei delegações brasileiras a quatro conferências ministeriais organizadas pela UE: Afeganistão (outubro de 2016); Síria e região (abril de 2017); Gaza (março de 2018); e Síria e região (abril de 2018). O fato de que o Brasil tenha sido convidado ressalta a relevância que a UE concede ao país como ator internacional, mesmo em temas que não digam respeito à Américas. Chamo atenção, entretanto, para a necessidade de que o Brasil se empenhe em realizar doações (em recursos financeiros ou em produtos) que possam mantê-lo como contribuinte relevante para mitigar as crises internacionais, inclusive as de caráter humanitário.

Diálogos setoriais

Durante minha gestão, foi dada continuidade ao esforço de racionalização e otimização dos diálogos setoriais entre o Brasil e a União Europeia. Atualmente, esses foros de coordenação compreendem ampla gama de matérias, tais como: desarmamento e não-proliferação; paz e segurança internacionais; questões de drogas; direitos humanos; questões macroeconômicas; transportes marítimos; serviços financeiros; pequenas e médias empresas; propriedade intelectual; agricultura; questões sanitárias e fitossanitárias; e sociedade da informação. Esses diálogos foram constituídos em momentos diferentes, por instrumentos diversos, com objetivos próprios. Assim, cumpria não só alinhá-los com as prioridades da relação do Brasil com o bloco e atualizá-los do ponto de vista temático, mas também estabelecer parâmetros para melhor geri-los no futuro.

Nesse sentido, tanto o Brasil quanto a UE propuseram a desativação de diálogos desnecessários no momento, bem como a criação de novos, sintonizados às demandas dos parceiros. Os diálogos são acompanhados mais de perto por instâncias políticas que discutem seus resultados e relevância, em especial a Comissão Mista Brasil-UE. Foi estabelecido processo específico para que se possa criar um novo diálogo ou promover projetos ligados a eles, que passam a depender de submissão prévia e análise de termos de referência.

O apoio e fomento a diversas ações de cooperação têm sido feitos por meio do Projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil-UE”, coordenado, no Brasil, pelos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) e das Relações Exteriores (Itamaraty).

Relação econômico-comercial

Entre 2016 e 2017, o fluxo comercial entre Brasil e União Europeia cresceu 4,5%, de 60,62 bilhões de euros (EUR) para EUR 63,38 bilhões, segundo dados da Eurostat (agência oficial europeia de dados estatísticos). O saldo nos dois períodos foi favorável à União Europeia, no valor de EUR 1,30 bilhão em 2016 e de EUR 1,07 bilhão em 2017.

Apesar do desempenho crescente do comércio bilateral entre 2016 e 2017, as trocas entre o Brasil e a União Europeia seguiram trajetória de queda entre 2012 (EUR 77,70 bilhões) e 2016 (EUR 60,62 bilhões). O mau desempenho das trocas retirou do bloco sua primazia entre os parceiros comerciais do Brasil em 2017, lugar que passou a ser ocupado pela China. Com a nova trajetória de aumento, o volume do intercâmbio alcançado em 2017 voltou a aproximar-se do patamar de 2010 (EUR 65,27 bilhões).

A pauta exportadora brasileira para a UE, ainda segundo dados europeus, concentrou-se em produtos industriais (61,9%), seguida de produtos agrícolas e pescados (31,1%). Já do lado das exportações europeias, há maior concentração em produtos industriais, que compõem 94,5% das exportações europeias ao Brasil.

O comércio extrarregional global da UE alcançou 3,73 trilhões de euros em 2017, com superávit de 22,87 bilhões de euros. Os principais parceiros comerciais extrarregionais da União Europeia, entre 2016 e 2017, foram, respectivamente: Estados Unidos, China, Suíça, Turquia e Rússia. O intercâmbio econômico-comercial da UE com esses países, em 2017, alcançou (em bilhões de euros): EUA: 630,95 (participação de 17% no comércio extrarregional da UE); China: 572,73 (participação de 15%); Suíça (participação de 7%): 261,15; Rússia: 231,27 (participação de 6%); e Turquia: 154,48 (participação de 4%). O Brasil ficou em 11º lugar, com 1,7% de participação nas trocas comerciais extrarregionais da UE.

O principal fornecedor à União Europeia, em 2017, foi a China (importações europeias de EUR 374,57 bilhões). O Brasil foi o 12º principal fornecedor (EUR 31,09 bilhões). Os EUA foram o principal destino das exportações europeias (exportações de 375,46 bilhões). O Brasil foi o 17º destino das exportações europeias (EUR 32,19 bilhões).

O maior superávit individual da UE foi com os EUA, no valor de EUR 119,98 bilhões. O maior déficit individual da UE ocorreu em suas trocas com a China, alcançando EUR 176,41 bilhões. O Brasil representou o 42º maior superávit europeu em 2017, com EUR 1,07 bilhão.

A relação bilateral é igualmente intensa quando vislumbrada da perspectiva dos investimentos. A UE é o maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoque de EUR 373 bilhões. Esse montante torna o Brasil o terceiro principal destino dos estoques de investimentos europeus². O Brasil é o sexto principal investidor na UE (excluídos os paraísos fiscais), com estoque de EUR 97 bilhões³, em cujo território fabricamos aviões, motores e produtos alimentícios, entre outros.

Principais ações desenvolvidas pelo Posto

Negociações MERCOSUL-UE

As negociações para o Acordo de Associação Birregional entre o MERCOSUL e a União Europeia foram retomadas em 11 de maio de 2016, com a troca de ofertas para acesso a mercados. Desde então, foram realizadas 11 reuniões negociadoras, sete das quais em Bruxelas: (i) a XXVI Sessão do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), em outubro de 2016; (ii) a reunião intersessional, em formato reduzido, de fevereiro de 2017; (iii) a XXVIII Sessão do CNB, em julho de 2017; (iv) a reunião intersessional de setembro de 2017; (v) a XXXI Sessão do CNB, em dezembro de 2017; (vi) encontro do Negociador-Chefe brasileiro com a Negociadora-Chefe europeia para discutir os avanços das negociações, em março de 2018; e (vii) a reunião de Negociadores-Chefe de abril de 2018. Adicionalmente, em janeiro de 2018, o Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou Bruxelas, no contexto de encontro ministerial MERCOSUL-UE, para avançar nas negociações comerciais entre os dois blocos. Na ocasião, os ministros do MERCOSUL se encontraram com os Comissários de Comércio e de Agricultura, entre outras lideranças europeias.

Em todas essas ocasiões, e também em reuniões fora de Bruxelas, a Missão do Brasil junto à União Europeia prestou apoio negociador, com participação do Chefe do Posto e de diplomatas da Missão nas negociações; além disso, foi instrumental no suporte logístico para reuniões internas da delegação brasileira ou do MERCOSUL (em particular durante a

² Fonte: Eurostat (2017).

³ Fonte: Eurostat (2017).

Presidência Pro-Tempore brasileira na segunda metade de 2017) e na organização de reuniões de informação ao setor privado sobre as negociações, com o apoio do Escritório da APEX-Brasil em Bruxelas.

O Posto também mantém rede de contatos com outras Missões nesta capital, com vistas a informar o Ministério das Relações Exteriores sobre o processo interno de construção da posição europeia em diferentes temas das negociações, o contexto político europeu e suas influências sobre as tratativas entre os dois blocos. Mantendo estreita coordenação com os Embaixadores do MERCOSUL, além de frequentes contatos com Embaixadores de países com interesses convergentes com o Brasil e com os funcionários de alto nível da Comissão Europeia, para discutir o avanço das negociações.

A Missão do Brasil junto à União Europeia mantém, ainda, diálogo frequente com parlamentares europeus com influência sobre o andamento das negociações entre MERCOSUL e UE, com vistas a conhecer a visão do Parlamento Europeu acerca das negociações e a tentar informar os parlamentares sobre a visão MERCOSUL. O Parlamento deverá aprovar o acordo que vier a ser assinado para sua entrada em vigor.

Além da esfera das relações governamentais e oficiais, o Posto organizou seminários com empresários, acadêmicos, jornalistas e outros setores da opinião pública sobre as negociações, para tentar influenciar a visão europeia sobre o Acordo MERCOSUL-UE. Também partiu da Missão do Brasil junto à UE iniciativa de coordenação com as Embaixadas nos Estados Membros da UE para ampliar o apoio do setor empresarial e de outros segmentos das sociedades locais a favor do Acordo MERCOSUL-UE. O Posto também acompanhou com atenção os diálogos internos na UE com a sociedade civil e outras esferas da sociedade local sobre as negociações birregionais. Isso propiciou melhor compreensão do processo de prestação de contas, no seio da União Europeia, das iniciativas comunitárias em negociações comerciais.

Adicionalmente, a Missão do Brasil junto à União Europeia acompanha, analisa e relata regularmente os desdobramentos da política comercial da atual gestão da Comissão Europeia, sob o comando da Comissária de Comércio Cecilia Malmström. O Posto busca analisar as diferentes estruturas e compromissos assumidos pela UE na expansão de sua teia de acordos livre comércio nos últimos dois anos, como nos acordos com Canadá, Japão, Singapura, Vietnã e México, entre outros, e seus reflexos na relação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e, em particular, nas negociações birregionais.

Nesse período, destacou-se a conclusão do acordo com Singapura, que assentou novo modelo negociador da União Europeia, no qual a Comissão Europeia negocia instrumento de investimentos à parte do acordo comercial. Como a Comissão Europeia não tem competência exclusiva para negociar tratados de investimentos, os acordos comerciais assim negociados não precisam ser aprovados por cada um dos parlamentos dos Estados-Membros da União Europeia.

O acordo de associação MERCOSUL-UE não inclui investimentos. Vista sua natureza política e econômico-comercial requererá, porém, ratificação não só pelo Parlamento Europeu, mas também pelos parlamentos dos Estados-Membros e, em alguns destes, por parlamentos provinciais.

Temas agrícolas

Os temas da área agrícola ocupam parcela importante do trabalho da Missão do Brasil. Entre 2016 e 2018, o Brasil manteve-se como principal fornecedor de produtos agrícolas e alimentícios para a UE, tendo exportado US\$ 13,33 bilhões em 2016, e US\$ 13,46 bilhões em 2017. A UE também manteve sua posição de segundo principal destino das exportações brasileiras, depois da China. Nesse período, as relações bilaterais em temas agrícolas foram marcadas pela divulgação de irregularidades na fiscalização sanitária de carnes bovina e de aves

no Brasil (“Operação Carne Fraca” e “Operação Trapaça”). Isso desencadeou forte campanha dos setores agrícolas mais sensíveis na União Europeia, beneficiários da Política Agrícola Comum (PAC), seja a respeito da confiabilidade do sistema de inspeção no Brasil, seja contra as negociações de um Acordo de Associação MERCOSUL-UE.

Desde a divulgação das conclusões preliminares da “Operação Carne Fraca”, em março de 2017, e em particular de sua terceira fase – “Operação Trapaça”, em março de 2018, a Comissão Europeia adotou restrições às importações de carne bovina e carne de aves do Brasil. No contexto da “Operação Carne Fraca”, a Missão logrou evitar o fechamento do mercado europeu às exportações brasileiras, por meio de gestões junto ao Parlamento Europeu, do diálogo constante com funcionários da Comissão Europeia, bem como mediante esclarecimentos à imprensa e formadores de opinião locais.

A UE enviou duas missões de auditoria ao Brasil para avaliar os controles oficiais da produção de carnes, em maio de 2017 e em janeiro de 2018. Com base no relatório da primeira auditoria, medidas adicionais de inspeção foram adotadas pela UE, tais como controles microbiológicos pré-embarque em 100% dos carregamentos de todas as carnes para a verificação de presença de salmonelas. A segunda auditoria teve resultado favorável, o que motivou a expectativa de que as medidas restritivas às nossas exportações fossem levantadas no futuro próximo. A divulgação das investigações da “Operação Trapaça” e o envolvimento de laboratórios em práticas fraudulentas retardou, porém, o restabelecimento da confiança nos controles oficiais brasileiros. Novas medidas restritivas foram tomadas pela Comissão Europeia contra as exportações, tais como a exclusão de 20 estabelecimentos brasileiros da lista daqueles habilitados a exportar para a UE.

Sublinhe-se que a repercussão das operações “Carne Fraca” e “Trapaça” na Europa foi amplificada por setores agrícolas de Estados-Membros, sobretudo o setor pecuário, preocupados com a redução do mercado europeu pela saída do Reino Unido da UE e pela concorrência com produtos que entrarão no mercado europeu de forma preferencial pelos acordos recentemente firmados pela UE, por exemplo com o Canadá. A pressão protecionista dos Estados-Membros sobre a Comissão se reforça pela preocupação com a queda do consumo de carne bovina e os possíveis impactos da redução do orçamento da União Europeia para a Política Agrícola Comum (PAC).

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visitou Bruxelas três vezes em dois anos (janeiro de 2017, janeiro de 2018 e abril de 2018). Em sua primeira visita, o Ministro reuniu-se com várias autoridades dos Estados Membros para tratar de demandas de acesso de produtos agrícolas europeus ao mercado brasileiro há muito pendentes, que se colocam como irritantes das relações bilaterais. A disposição do Governo brasileiro de resolver essas pendências foi muito bem recebida na UE, e, ao longo de 2017, foram logrados avanços como a atualização das listas de estabelecimentos europeus autorizados a exportar para o Brasil e harmonização de certificados sanitários para vários produtos de origem animal. Os interesses brasileiros, no entanto, não avançaram favoravelmente em função das desconfianças dos controles brasileiros e dos citados interesses protecionistas europeus. O sistema brasileiro de segregação para fins de exportação de carne suína (estabelecido em resposta à ocorrência de ractopamina) não foi aprovado; e os estabelecimentos dos Estados do Tocantins, Rondônia e do DF para a exportação de carne bovina para a UE, cuja habilitação havia sido solicitada, tampouco foram aprovados. Pelos mesmos motivos, não se realizaram as reuniões do Mecanismo de Consultas Bilaterais em Questões Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e o Diálogo Bilateral em Agricultura.

A Missão acompanhou, nos últimos dois anos, o processo de gradual recuperação econômica da União Europeia. Iniciada a retomada do crescimento econômico no segundo trimestre de 2013, a região alcançou, no ano passado, o maior nível de crescimento anual em uma década (2,4%). Contudo, fatores internos têm limitado a recuperação do bloco, inibindo sua capacidade de reação e impedindo avanços sustentáveis no setor.

Previsões da Comissão Europeia indicam que o crescimento econômico do bloco prosseguirá em ritmo moderado no médio prazo. Em 2018, o PIB real deverá expandir-se em 2,3%, tanto na zona do euro quanto na União Europeia. No ano seguinte, o indicador deverá apresentar ligeira desaceleração, permanecendo, contudo, acima de 2%. As projeções otimistas baseiam-se, sobretudo, na persistente queda no nível de desemprego na região, a qual tem estimulado o consumo privado interno. O cenário exterior positivo, bem como a ampliação dos investimentos, impulsionada por políticas de crédito expansionistas do Banco Central Europeu, também contribuíram para a consolidação do panorama otimista.

Contudo, o legado da crise de 2008 permanece concreto em diversos Estados-Membros, demonstrando sua resiliência, sobretudo, na disparidade marcante que caracteriza a retomada econômica dos países europeus. Enquanto a média de desemprego registrada em 2017 na UE-28 foi de 7,1%, valor mais baixo desde setembro 2008, alguns países, como Grécia e Espanha, ainda apresentam níveis de desemprego elevados (20,8% e 16,1%, respectivamente), enquanto na República Tcheca e na Alemanha os níveis foram de 2,4% e 3,5%. Ademais, a iminente saída do Reino Unido da União Europeia também apresenta fatores de risco que constrangem a recuperação do bloco. Incertezas sobre os resultados das negociações do “Brexit”, ainda indefinidos, deverão, em princípio, afetar negativamente o desempenho econômico da UE.

Segundo analistas, o crescimento econômico da região dependeria da adoção reformas profundas que robusteçam a economia, reduzam o desemprego estrutural e fomentem a produtividade. Ademais, impõem-se medidas de equilíbrio fiscal, de modo a criar um contrapeso às políticas monetárias expansionistas, bem como concluir a união bancária no bloco.

No âmbito da agenda macroeconômica e financeira bilateral, a Missão acompanhou a visita a Bruxelas do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no período de 23 a 25 de setembro de 2017). Na ocasião, o Ministro encontrou-se com o Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro, Valdis Dombrovskis, para discutir a candidatura do Brasil à OCDE, as negociações comerciais MERCOSUL-UE, a situação econômica brasileira e a possibilidade de criação de diálogo inter-regional sobre regulação de serviços financeiros.

A Missão apoiou, ainda, a realização, em Bruxelas, da última edição do Diálogo Macroeconômico Brasil – UE, no dia 9 de novembro de 2017. O mecanismo prevê reuniões periódicas de alto nível para discutir temas relevantes da relação bilateral. Na pauta estavam discussões sobre o G20 e a economia mundial, bem como debates sobre as conjunturas e perspectivas econômicas no Brasil e na União Europeia.

A Missão também atuou no apoio à concessão de financiamento da União Europeia para a ampliação da produção da Embraer em Évora, em Portugal, em um investimento total estimado em US\$ 93 milhões. A UE aprovou, em 2017, o financiamento pleiteado pela empresa, no valor de US\$ 23 milhões. Desde 2012, a empresa fabrica partes de aviões na cidade portuguesa, o que contribuiu para a criação de um “cluster” aeronáutico nessa região. A produção da Embraer em Évora gera cerca de 400 empregos diretos (e qualificados), e a expansão deverá criar, a curto prazo, mais 200 empregos diretos.

Defesa comercial

Nos últimos dois anos, a Missão do Brasil continuou a defender as posições e os interesses brasileiros em matéria de defesa comercial, por meio, entre outras ações, do registro do Posto junto à Comissão Europeia para obtenção de acesso aos documentos de casos de defesa comercial que envolveram interesses do País. A Missão realizou também gestões junto à Comissão Europeia para obter informações mais específicas sobre processos de investigação de medidas de defesa comercial que envolvem o Brasil. Em particular, o Posto contribuiu para a defesa das posições brasileiras nos casos de antidumping de ardósia, laminados e silício metálico, iniciados pela Comissão Europeia nos últimos dois anos.

A Missão realizou gestões em diferentes níveis e participou ativamente no acompanhamento das investigações de salvaguardas, iniciadas pela Comissão Europeia em março de 2018, na esteira do aumento de tarifas anunciado pelo Governo norte-americano, no início de 2018, sobre as importações de aço e de alumínio.

Cooperação

Outro pilar de atuação do Posto comprehende as ações de cooperação entre o Brasil e a UE, que cobrem uma variedade de vertentes, como ciência e tecnologia, temas educacionais, energia, saúde e meio ambiente. Desde 2014, o Brasil passou a ser considerado pela UE como país de renda média alta, deixando de ser favorecido por programas bilaterais europeus de cooperação técnica. A atuação do Posto aperfeiçoou os contatos entre autoridades brasileiras e comunitárias na área de cooperação e desenvolvimento, reabriu os canais de diálogo com a Comissão Europeia na área de cooperação educacional e permitiu o início das discussões sobre possível cooperação trilateral em mobilidade acadêmica. O Posto atuou de modo a contribuir para a estruturação de novas formas de cooperação, inclusive por meio da negociação de Memorando de Entendimento Brasil-UE referente à cooperação triangular a ser executada em favor de terceiros países, com vistas a possível cooperação trilateral em benefício de países africanos na área educacional, entre diversas outras possibilidades.

O dinamismo e a amplitude temática da cooperação bilateral em ciência e tecnologia (C&T) encontram reflexo na pluralidade de atores envolvidos, incluindo diferentes instâncias técnicas do Governo federal. A Missão buscou reforçar o quadro institucional da cooperação em C&T, intensificar o trabalho conjunto em áreas prioritárias e facilitar a interlocução entre entidades brasileiras e europeias, com envolvimento direto nos eventos em Bruxelas.

Renovou-se, em março de 2018, o Acordo Brasil-UE de Cooperação Científica e Tecnológica, sob o qual se reúne o Comitê Diretivo de Cooperação Brasil-UE em C&T (última edição: Bruxelas, novembro de 2017), após intervalo de mais de 2 anos. Destaque-se, ainda, recente prorrogação do Arranjo de Cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o ‘Joint Research Centre’ (JRC) da Comissão Europeia, bem como a conclusão das negociações do Arranjo Administrativo entre a Comissão Europeia e o CNPq, a FINEP e o CONFAP sobre cooperação, fomento e financiamento de pesquisas, que aprofundarão a cooperação bilateral.

Em outubro de 2016, foi assinado acordo entre a Comissão Europeia e a CONFAP, para habilitar pesquisadores brasileiros com bolsas de pós-doutorado a estabelecer parcerias com projetos financiados pelo ‘European Research Council’.

Quanto a temas específicos, a cooperação em C&T comprehende diversas matérias, com destaque à cooperação espacial, pesquisa marinha, urbanização sustentável e nanotecnologia, com avanços consistentes ao longo dos últimos dois anos. Na área espacial, em particular, foi assinado, em março último, acordo bilateral entre a Comissão Europeia e o MCTIC, o qual permitirá ao Brasil ter acesso aos dados da constelação de satélites “Sentinel”, do programa espacial “Copernicus”, da UE. O acordo servirá para aprimorar atividades relacionadas à

observação da Terra, como previsão, gestão e mitigação de desastres naturais e gestão de crises; e monitoramento terrestre, marítimo e atmosférico. Na área de ciências do mar, a Declaração de Belém sobre Pesquisa e Inovação no Atlântico foi assinada por Brasil, África do Sul e União Europeia, em julho último, com vistas a fomentar a cooperação em ciência dos oceanos no Atlântico Sul. O documento será o marco para novas iniciativas de cooperação internacional em pesquisa científica nos oceanos. Na área de fusão nuclear, o Acordo de Cooperação Brasil-Agência Europeia de Energia Atômica (EURATOM) foi prorrogado em janeiro último por cinco anos.

A Missão trabalhou com a Comissão Europeia em áreas concretas de cooperação, que beneficiam a economia e o desenvolvimento brasileiros, como, por exemplo, o projeto de instalação de cabo submarino de fibra ótica ligando Brasil à Europa, estimado em US\$ 185 milhões, a ser custeado pela joint-venture Ellalink (65% espanhola Islalink e 35% Telebrás). Essa iniciativa deve reduzir a vulnerabilidade e a dependência da infraestrutura brasileira e regional no setor de comunicações, com conclusão prevista para 2019.

Direitos humanos

Há muita atenção na União Europeia a questões que envolvem direitos humanos, muitas vezes veiculadas de forma crítica. Em 26/6/2017, 23 europarlamentares firmaram carta à Alta Representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini, e à Comissária para o Comércio, Cecilia Malmström, advogando a suspensão das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, em razão da “grave situação dos direitos humanos no Brasil”. Entre os temas de direitos humanos no Brasil que mais repercussão ganharam, cabe destaque à proteção de populações indígenas e à atuação de defensores dos direitos humanos.

No que se refere a populações indígenas, o Posto ofereceu ao Parlamento Europeu elementos para uma apreciação, bem como divulgou diversas medidas e políticas adotadas no Brasil. Em 24/11/2016, adotou-se resolução no PE sobre a situação dos Guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul. No mês seguinte, o eurodeputado Francisco Assis (bloco “Socialistas e Democratas” – S&D, Portugal), Presidente da Delegação do PE para as relações com o MERCOSUL (DMER), liderou “missão parlamentar prospectiva” ao Brasil, quando visitou a reserva indígena e manteve encontros com autoridades e movimentos sociais. Em maio e novembro de 2017, foram organizados pela ONG “Unrepresented Nations and Peoples Organization” (UNPO) eventos no Parlamento sobre o tema dos Guarani-kaiowá.

O assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, no Rio de Janeiro, em março de 2018, repercutiu nos meios comunitários, notadamente no Parlamento Europeu. Diversos grupos políticos ali representados manifestaram seu repúdio ao crime e reclamaram uma investigação célere e a condução dos responsáveis à justiça. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nôrdica Verde (GUE/NGL) solicitou a suspensão das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, lançando mão de expediente recorrente e denotando instrumentalização do assassinato da vereadora para avançar sua agenda protecionista. Os Presidentes de Delegações do PE responsáveis pelas relações com o Brasil, o MERCOSUL, a América Latina e a EuroLat⁴ emitiram declaração conjunta sobre o assassinato, na qual demandaram investigação transparente e que os perpetradores sejam levados a julgamento em “tribunal independente”, para serem punidos “nos termos da lei”. Em cartas enviadas aos diversos parlamentares que se manifestaram, expressei o repúdio do Governo e da sociedade brasileira ao crime; assegurei o compromisso do poder público com a apuração do caso; e fiz ver aos eurodeputados que vigora no Brasil o Estado de Direito em que os três

⁴ “Euro-Latin American Parliamentary Assembly”, criada em 2006. A EuroLat é a instituição parlamentar do Acordo de Associação Estratégica Birregional de 1999, adotado na Cúpula CELAC-UE daquele ano.

Poderes são independentes e harmônicos entre si, e não há instâncias do Poder Judiciário ou do Ministério Público que não sejam independentes.

Mecanismo fundamental para informar o lado europeu sobre as iniciativas brasileiras voltadas à promoção e à proteção dos direitos humanos, bem como para conhecer ações da UE para lidar com seus desafios na área, tem sido o Diálogo de Alto Nível Brasil-UE sobre o tema. O exercício tem-se mostrado oportuno não apenas para a promoção do conhecimento mútuo, como também para a identificação de convergências que permitam a Brasil e UE trabalharem conjuntamente para o fortalecimento do sistema internacional de promoção e proteção dos direitos humanos – notadamente no contexto atual de desafios para os órgãos multilaterais dedicados ao tema. Dentre os principais assuntos abordados na última edição do Diálogo, realizado em 27 de abril de 2017, caberia destacar as discussões sobre maior coordenação no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas, bem como acerca de possível cooperação bilateral em temas relativos a populações indígenas, migrantes e refugiados e intolerância religiosa.

Organização Mundial de Aduanas (OMA)

A Missão do Brasil junto à União Europeia atua em defesa dos interesses brasileiros na Organização Mundial das Aduanas (OMA), organização sediada em Bruxelas. Funcionário da Receita Federal do Brasil exerce ali o cargo de Diretor de Capacitação. Diplomatas do Posto participam das reuniões da OMA e apoiam as delegações técnicas vindas de Brasília, no âmbito das reuniões semestrais da Comissão de Política e do Conselho da organização.

Em particular, a Missão participou de forma ativa nas discussões no Comitê do Sistema Harmonizado sobre a reclassificação tarifária do amendoim branqueado, do qual o Brasil é o quarto exportador para a UE, logrando manter a classificação atual. O reposicionamento do produto no Sistema Harmonizado distinto do atual implicaria aumento da tarifa de importação paga e consequente oneração para o exportador brasileiro.

O Posto também prestou especial atenção ao pedido de adesão do "Kosovo" à Organização Mundial das Aduanas. Em início de 2017, o "Kosovo" solicitou sua adesão à OMA, por meio de instrumento entregue à Bélgica, depositário do acordo de criação da Organização, que os encaminhou ao Secretariado, sem exame detido da natureza não estatal daquele território. Produziu-se controvérsia na OMA, pois um grupo grande de países questiona a legalidade da tentativa de adesão, enquanto outros, de modo intransigente, alegam que o tema não pode ser debatido. O Brasil, que não reconhece "Kosovo" como Estado, tem procurado facilitar o diálogo entre os interessados no tema, de modo a assegurar que a OMA possa funcionar em suas funções propriamente aduaneiras, enquanto a matéria é debatida nas esferas relevantes.

Diplomacia pública

A ação diplomática junto à União Europeia tem importante dimensão da diplomacia pública. Bruxelas é uma das capitais com maior concentração de jornalistas, "think tanks" e representações de interesses corporativos. O processo decisório da União Europeia é significativamente influenciado pelos debates e pelas narrativas promovidas e divulgadas por esses atores.

Durante minha gestão, criei um setor exclusivo para a diplomacia pública, o qual implementou ações voltadas a influenciar a narrativa sobre o Brasil na UE. Estabeleceu-se rede de contatos que abrange os principais veículos internacionais e regionais de imprensa que atuam

em Bruxelas e os principais “think tanks” que acompanham a União Europeia e a relação com o Brasil e o MERCOSUL.

Embora recentes, essas ações apresentaram resultados concretos. A Missão comprovadamente influenciou a cobertura relativa à negociação do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, um dos principais temas de diplomacia econômica brasileira desde 2016. A visão do Brasil sobre a negociação é refletida nas matérias da imprensa europeia e brasileira. A rede de contatos estabelecida pelo Posto com a imprensa internacional garantiu, ainda, maior equilíbrio na cobertura relativa ao Brasil. Mesmo matérias que veiculam temas negativos para o Brasil apresentam, em geral, as posições brasileiras. A cobertura da “Operação Carne Fraca” e seus impactos na relação comercial com a UE é ilustrativa, dado que boa parte das matérias pode ser considerada equilibrada.

Além disso, a interlocução com formadores de opinião – “think tanks” e acadêmicos – também produziu resultados, seja na forma de convites para proferir palestras sobre o Brasil e o MERCOSUL, seja por manter o Brasil e o MERCOSUL no foco de atenção dos atores que acompanham a política da UE. Em conjunto com o escritório da APEX em Bruxelas, importante parceiro da Missão do Brasil nas ações de diplomacia pública, promoveram-se eventos de grande visibilidade em Bruxelas, entre as quais destacaria a conferência “EU-Mercosur: untapped potential for industry, services and public procurement”, em julho de 2017; e o lançamento do “Mapa de investimentos Brasil-União Europeia”, em dezembro de 2017.

Principais desafios

A relação entre o Brasil e a União Europeia torna-se ainda mais estratégica no atual contexto político e econômico global, em que instituições multilaterais se veem ameaçadas e consensos que deram embasamento às relações internacionais desde o segundo pós-Guerra são questionados. A agenda bilateral deve capitalizar essa circunstância e potencializar os ganhos da multifacetada relação bilateral.

Entre os desafios a serem enfrentados para dinamizar a relação bilateral, destacaria os seguintes:

a) Reforçar a Parceria Estratégica Brasil-UE: a Parceria Estratégica está aquém do que pode propiciar em termos de benefícios políticos mútuos. É preciso definir, junto com o lado comunitário, uma agenda que dê prioridade política condizente com o comércio, os investimentos, e a cooperação que marcam nossa relação com a UE. Para tanto, deve-se regularizar o diálogo político bilateral, inclusive as reuniões de cúpula. Entre os temas que podem ser inseridos nesse exercício estão, por exemplo, iniciativas em defesa do multilateralismo; projetos em matéria de desenvolvimento sustentável; e cooperação trilateral em favor de países em desenvolvimento. A relação com a União Europeia e as relações com os Estados-Membros devem ser encaradas como duas faces de uma mesma moeda no planejamento diplomático brasileiro.

b) Concluir as negociações de um acordo equilibrado entre o MERCOSUL-UE: o Acordo de Associação MERCOSUL-UE terá o potencial de modernizar as economias do MERCOSUL e ampliar sua integração aos mercados globais. O acordo reveste-se de importante dimensão geopolítica de interesse mútuo. Ressalvada a importância de um acordo equilibrado, cumpre ter presente que ele também definirá novo quadro para o aprofundamento do diálogo político e das ações de cooperação entre as Partes. As perspectivas de ratificação do acordo indicam que esse processo que ocorrerá provavelmente sob o novo Parlamento Europeu, a ser eleito em 2019.

c) Acompanhar de perto a evolução do comércio bilateral, especialmente no setor agrícola: a UE é um mercado fundamental para nossos produtos agrícolas, em particular aqueles

de maior valor, e referência em termos regulatórios para terceiros mercados para os quais também exportamos. Sem prejuízo de críticas, válidas, a determinados padrões e práticas regulatórias adotadas pela UE, o Brasil deve adotar uma política consistente e integrada para nossas exportações agrícolas para o bloco, envolvendo, entre outros, qualidade sanitária, promoção comercial e ação estratégica de imagem.

d) Acompanhar a situação econômica da UE, dado o peso específico do bloco e os impactos de suas condições macroeconômicas na economia global.

e) Monitorar as tendências políticas nos Estados-Membros e suas repercussões para o futuro do projeto de integração econômica: Em 2019, o Parlamento deverá ser renovado. As eleições europeias definirão quem ocupará a Presidência da Comissão e do Conselho Europeu.

f) Atentar para as decisões adotadas pelo Conselho Europeu, em suas diferentes instâncias, tanto aquelas relativas à política comunitária nos seus diversos aspectos como aquelas atinentes a temas específicos de interesse do Brasil. O bloco depara-se com os desafios de aperfeiçoar a coordenação e as ações dos Estados-Membros em questões políticas; fortalecer sua participação nos principais órgãos decisórios internacionais; consolidar a recuperação econômica, após os impactos da crise de 2008 e da crise financeira de 2010-2011; e de avançar em negociações comerciais externas.

g) Desenvolver ações de cooperação trilateral: Será importante apoiar a finalização e a implementação de Memorando de Entendimento Brasil-UE referente à cooperação triangular a ser executada em favor de terceiros países, com vistas a estabelecer novo marco institucional para a cooperação trilateral em benefício de terceiros países.